



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas

A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

A Companhia, foi constituída em 20 de agosto de 2013, tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitorização, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção no nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/4/14/080/TG/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explanativa nº 18.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A controlada possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão; 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluiu diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explanativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. Resultados Operacionais: O volume de tráfego consolidado em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 9.899 mil veículos pesados. A controlada Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança nas nove praças das rodovias pagante foi de R\$10,35 em 2022. Resultados Econômicos e Financeiros: Receita Bruta: A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R\$9,7 milhões. Recife de Pedágio: R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio da controlada Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/4/14/080/TG/GO em 03 de outubro de 2022. A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante foi de R\$10,35 em 2022. Resultados Econômicos e Financeiros: Receita Bruta: A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R\$9,7 milhões. Recife de Pedágio: R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio da controlada Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/4/14/080/TG/GO em 03 de outubro de 2022. Resultados Econômicos e Financeiros: Receita Bruta: A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022, devido ao cronograma de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explanativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Custos Operacionais e Despesas Administrativas: Os custos e despesas operacionais consolidados totalizaram R\$78,3 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$82,2 milhões. Pessoal: R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,9 milhões, devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais; Conservação e manutenção: R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização. Serviços de terceiros: R\$40,4 milhões em 2022, aumento de R\$34,8 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgates e vigilância; Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função, principalmente, da taxa de fiação e locação de veículos leves; Outros: R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos leves e pesados, água e luz; Depreciação e amortização: R\$22,4 milhões em 2022, aumento de R\$22,3 milhões, devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controlada Ecovias do Araguaia; e Custo de construção: R\$77,3 milhões em 2022, aumento de R\$75,4 milhões, devido ao maior volume de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explanativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia. EBITDA e Margem EBITDA: Em 2022, o EBITDA totalizou R\$4,8 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R\$4,8 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 23,2%.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, aumento de R\$25,0 milhões em relação a 2021, impactado negativamente pelos juros e variação monetária sobre débitores, compensado positivamente pelo maior volume de receitas sobre aplicações financeiras e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explanativa nº 22 da Demonstração Financeira. Prejuízo do Exercício: Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$32,2 milhões. Disponibilidade e Endividamento Consolidado: A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no valor de R\$220,3 milhões e dívida bruta, composta por débitores, no valor de R\$2,134,4 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões da controlada Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explanativas nº 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras. Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$101,6 milhões em 2022 devido aos investimentos em recuperação de pavimento e implantação das praças de pedágios na controladora Ecovias do Araguaia. Responsabilidade Socioambiental: As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/. Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022. Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity), ambos para a Companhia e sua controlada. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$32,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. Declaração da Diretoria: A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer do PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

São Paulo - SP, 15 de março de 2023.

A Administração

As demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa...	5	8.052	11.679	165.404	403.630	Fornecedores	4	365	20.901	8.981	
Aplicações financeiras.....	6	396	813	8.163	28.383	Debêntures.....	15	16.836	12.622	37.675	12.622
- conta reserva.....	7	-	-	23.310	-	Passivo de arrendamento.....	14	-	9.669	-	
Clientes.....	8	-	-	29.859	-	Obrigações sociais.....	-	-	2.949	1.565	
Partes relacionadas.....	16	26	-	201	73	Imposto e Contribuições	-	-	-	-	
Tributos a recuperar.....	212	103	12.459	2.686	-	Partes Relacionadas	16	4	41.042	5.670	
Despesas antecipadas.....	43	-	-	1.836	1.361	Concedente	18	-	-	-	
Dividendos a receber.....	4.434	182	-	-	-	Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.c)	-	6.982	-	
Outros créditos.....	9.a)	-	-	23.014	3.605	Provisão para construção	17	-	614	876	
Total ativo circulante	13.163	12.777	264.246	439.738	-	Outras contas a pagar	-	-	4.940	-	
Não Circulante						Total passivo circulante	16.854	13.034	139.484	31.591	
Aplicações financeiras											
- conta reserva.....	7	-	-	23.394	-						
Outros créditos	-	-	-	592	-						
- conta reserva ANTT	9.b)	-	-	1.123.688	1.072.617						
Investimentos.....	-	-	-	-	-						
Em controladas.....	10	2.126.486	1.976.926	-	-						
Imobilizado.....	11	-	-	75.018	2.086						
Intangível.....	12	-	-	2.544.262	1.578.231						
Total ativo não circulante	2.126.486	1.976.926	3.766.954	2.652.934	-						
Total do Ativo	2.139.649	1.989.703	4.031.200	3.092.672							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais - R\$)											
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Receitas						Equivalência Patrimonial	19.671	769	-	-	
Com arrecadação de pedágio	-	-	116.719	-		Valor Adicionado Total a Distribuir	18.883	517	79.255	4.370	
Com construção	-	-	77.657	19.493		Distribuição do Valor Adicionado	18.883	517	79.255	4.370	
Insumos Adquiridos de Terceiros						Pessoal	35	58	16.398	2.595	
Custo dos serviços prestados	-	-	(820.502)	(24.079)		Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	2.037	216	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(947)	(843)	(16.571)	(5.005)</							

Continuação

internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

I) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses a partir da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não fizesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sobre covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou o "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reformulação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atu. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• J) Prejuízo básico e diluído por ação: Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

• K) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

• L) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um efeito relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulares e não circulares;

• Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Imparcial: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controladora da Companhia e suas características estão descritas na Nota Expositiva nº 18. • Memento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas da cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros. • Recife: A receita é reconhecida e o represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros é reconhecido quando da prestação de serviços de construção para o ativo intangível. A assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dão devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o CPC-C01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão sempre que for aplicável, deve ser reconhecida a receita de serviços prestados, mesmo que os resultados sejam incertos, efeitos financeiros ou potencialmente dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessões de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de debêntures: Conforme descrito na Nota Expositiva 3.6, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a elas associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio da projeção de fluxo de caixa em todo o período de concessão, e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 6,26% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - WACC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes De Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações Financeiras

O Fundo de investimento que se enquadra na categoria "tenda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de pedágio conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,10% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas a taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é aplicado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

Caixa e bancos..... 6.073 3

Aplicações financeiras:

Fundo de investimentos (a)..... 7.708 403.262

Aplicações automáticas (b)..... 344 365

8.052 403.630

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "tenda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de pedágio conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,10% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,00% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas a taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é aplicado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

Recursos não vinculados..... 396 813 8.163 28.383

396 813 8.163 28.383

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fund BTG CDB Plus), remunerado a taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado a taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidex Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado a taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Consolidado: As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulares, representados por títulos de alta liquidez.

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

Fundo de investimento..... 46.704 -

Circulante..... 23.310 -

Não circulante..... 23.394 -

O Fundo de investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal da controladora direta Ecovias do Araguaia S.A.

8. Clientes - Consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

Pedágio eletrônico (a)..... 29.683 -

Outras contas a receber..... 176 -

29.859 -

(a) Representados por serviços prestados a usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos e decorrentes de vale pedágio.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

A vencer..... 29.859 -

29.859 -

9. Outros Créditos - Consolidado

O Ativo Circulante: Os principais valores alocados na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante referem-se a: (i) R\$1.021 estoque de materiais de insumos; e (ii) R\$14.050 custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Emprestimos e financeiramente", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA.

b) Conta Reserva

Controladora Consolidado

31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

Recurso vinculado..... 1.123.688 1.072.617

1.123.688 1.072.617

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controladora Ecovias do Araguaia, constitui Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequent e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do contrato de concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depósito, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A

Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo Circulante	Passivo Não circulante	Resultado Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Controladora	-	4	4
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.(b)	Controlada	26	-	26
Total em 31 de dezembro de 2022.....		26	4	30
Total em 31 de dezembro de 2021.....		26	3	27

Companhia	Natureza	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado Custo Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a).....	Controladora	- 8.193	2.238 5.255	10.240
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(b).....	Controladora	- -	24 -	-
Itinerá Construções Ltda. (c).....	Outras partes relacionadas	- 216.656	- -	-
ICCR 153 S.A (d).....	Outras partes relacionadas	- -	38.780 -	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(e).....	Controladora	201 -	- -	-
Total em 31 de dezembro de 2022.....		201 224.849	41.042 5.255	10.240
Total em 31 de dezembro de 2021.....		73 1.898	5.670 -	-

a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, prestou serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia de informação, de engenharia e de compras corporativas para a Companhia e sua controladora. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.688, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores; b) O saldo refere-se a reembolso de despesa. c) A Itinerá Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos foi em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A. d) O saldo refere-se à transferência do funcionários entre empresas (provisãois 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. e) A ICCR 153 S.A. cessionária do contrato à Itinerá Construções S.A., prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subvenidos), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensiones, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$368 e para sua controladora de R\$2.163 (R\$58 e R\$668, respectivamente, para o exercício de 2021). A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável).....	-	1.528 444
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	-	(7)
Seguro de vida.....	-	4 2
Assistência saúde.....	-	92 52
Previdência privada.....	-	41 23
FGTs.....	-	74 35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)).....	-	267 119
Directores Estatutários.....	-	2.006 668
Conselho de Administração.....	345 58	345 58
Remuneração Global.....	345 58	2.351 726

17. Provisão para Construção - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controladora. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de xx% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladoras indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Adição (Intangível)	Pagamento financeiro	Efeito	31/12/2022
31/12/2021 (Intangível)				
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 22).....	-	-	619	619
Atualização Monetária.....	11.990	4.560	(517)	619 16.652
Circulante.....	876	-	-	614
Não circulante.....	11.114	-	-	16.038
31/12/2020 Adição (Intangível) 31/12/2021				
Constituição da provisão para obras futuras.....	-	13.394	13.394	
Efeito do valor presente sobre constituição.....	-	(1.404)	(1.404)	
Circulante.....	-	-	11.990	11.990
Não circulante.....	-	-	11.114	11.114
18. Obrigações com Poder Concedente - Consolidado				

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização - Araguaia (a).....	994 914	
Outras - Araguaia (b).....	1.123.688 1.072.617	1.073.531
Circulante.....	8.765 914	
Não circulante.....	1.115.917 1.072.617	
A movimentação está demonstrada a seguir:		

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	1.073.531	
Adição Principal.....	-	1.430.120
Custo (vide Nota Explicativa nº 21).....	11.190	2.536
Rendimento de aplicação conta ajuste.....	37.628	
Referência sobre a tarifa - ANTT.....	13.44	
Pagamento do principal.....	(11.110)	(359.125)
Saldo no final do exercício.....	1.124.682 1.073.531	

a) **Taxa de fiscalização:** Taxa de fiscalização da controladora Ecovias do Araguaia: O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será readjustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021), b) **Conta reserva:** Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controladora Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequent e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controladora. Em 26 de agosto de 2022, a controladora Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depósito, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do prêmio ao décimo ano da concessão; c) **Informações sobre o Contrato de Concessão da controladora direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.:** Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (índice de prazo de concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arealmento de Transferência de Bens). Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (I) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (II) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequent e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (I) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (II) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230/A/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-222/330 (Anápolis); (III) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/A/342 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (IV) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230/A/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (V) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (VI) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (VII) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (VIII) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (IX) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (X) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (XI) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (XII) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (XIII) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (XIV) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-414/GO-230/B (Assunção de Goiás) (Anápolis); (XV)

Continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Holding do Araguaia S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)

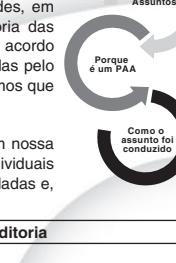
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.499.140 mil referente ao valor contábil dos investimentos em Infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários e a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer implicações relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7